

## Segurança pública não é prioridade, exceto em eleições, diz Moraes

O debate da segurança pública não trata de uma questão ideológica, mas sim do âmago da sociedade. Embora o tema deva ser tratado como prioridade, não é o que acontece atualmente. Segundo o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, com exceção do período eleitoral, a segurança pública não é prioridade.

Nelson Jr./SCO/STF



Hoje ministro do STF, Alexandre de Moraes já foi secretário de Segurança Pública de São Paulo e ministro da Justiça  
Nelson Jr./STF

Na noite desta quarta-feira (18/11), ele participou do 23º Congresso Internacional de Direito Constitucional, promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público. Moraes já passou por todos os Poderes, tendo sido secretário de Segurança Pública de São Paulo e ministro da Justiça.

De acordo com o ministro, há diversos programas e ações com foco no tema da segurança, mas são poucos os que têm força para reivindicar um "orçamento carimbado" — como acontece com saúde e educação. Ele lembrou do projeto de lei enviado à Câmara que previa a destinação de 25% do orçamento do Sistema S para a segurança pública. "Aprovaram quase tudo, esse trecho não passou. Houve uma opção do Congresso", disse.

Outra preocupação sobre o tema é a falta de investimento na qualificação das polícias. Para Alexandre, se mantiver o modelo atual das polícias, o país não chegará num acordo. "Não é possível que um ministério queira coordenar polícias de um país todo que são diretamente, pela Constituição, ligadas à governadores. Vejam a questão política", explicou.

A sugestão de Alexandre é criar um órgão de inteligência, dados, e coordenação, mas que esteja fora da estrutura política do Executivo Federal. "Se estiver ligado à estrutura política do governo federal, os estados vão querer garantir a sua autonomia. Certo ou errado é assim que funciona o federalismo brasileiro."

Ele também abordou o superencarceramento e a importância da ressocialização. Otimista de que a



sociedade entenderia, ele fez praticamente um chamamento para que nos crimes sem violência ou grave ameaça se aposte em penas restritivas, alternativas, e de prestação de serviço à comunidade.

"Não precisa encarcerar todo mundo! O encarceramento deve ser guardado para questões graves. (...) Sejam pragmáticos, é muito mais fácil ressocializar alguém que esteja fora da prisão, numa pena alternativa, do que quem estiver dentro da prisão", disse.

Concordou também com o que o ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública Raul Jungmann, que [afirmou](#) que o sistema atual continua mandando jovens para os presídios — hoje dominados por facções.

"Nas últimas décadas entregamos ao crime organizado, nas penitenciárias, um verdadeiro exército. Entregamos pessoas que praticaram crime sem violência ou grave ameaça, encarceramos e colocamos na mão dos criminosos violentos", afirmou Alexandre, que acredita ser possível reverter isso, mais uma vez, colocando o tema como prioridade e afastando preconceitos.

**Date Created**

18/11/2020